

Língua, poder e direitos humanos no Haiti: a negação do kreyòl como mecanismo de exclusão social.

Maxo St Victor.

Cita:

Maxo St Victor (Diciembre, 2025). *Língua, poder e direitos humanos no Haiti: a negação do kreyòl como mecanismo de exclusão social*. 4 Semana de Derechos Humanos da UNIR. Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/maxo.st.victor/33>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pxZC/qqp>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

LÍNGUA, PODER E DIREITOS HUMANOS NO HAITI: A NEGAÇÃO DO KREYÒL COMO MECANISMO DE EXCLUSÃO SOCIAL¹

LANGUAGE, POWER, AND HUMAN RIGHTS IN HAITI: THE DENIAL OF KREYÒL AS A MECHANISM OF SOCIAL EXCLUSION

LENGUA, PODER Y DERECHOS HUMANOS EN HAITÍ: LA NEGACIÓN DEL KREYÒL COMO MECANISMO DE EXCLUSIÓN

Maxo St Victor²

Introdução

A língua constitui um dos mais potentes marcadores de poder nas sociedades contemporâneas, operando como instrumento de inclusão ou exclusão. No Haiti, essa dimensão se intensifica pela coexistência assimétrica entre francês e kreyòl³, línguas hierarquizadas desde o período colonial. Essa assimetria, historicamente construída, gera desigualdades que atravessam o acesso à educação, à participação política e à cidadania.

Como discute Bourdieu (1991), a língua funciona como capital simbólico que legitima determinados grupos e desqualifica outros, dinâmica evidente quando o francês é associado ao prestígio e ao poder estatal. A imposição do francês produziu mecanismos de diferenciação que marcam subjetividades e identidades.

Fanon (1952) demonstra que a adoção de uma língua dominante gera alienação e hierarquias internas, fenômeno visível no Haiti, onde o francês permanece como referência institucional enquanto o kreyòl é desvalorizado. Tal configuração reforça desigualdades e silencia vozes majoritárias.

¹Resumo apresentado ao GT Alteridade, Direitos Humanos e Interseccionalidades, na 4ª Semana de Direitos Humanos da Universidade Federal de Rondônia: Os desafios para os direitos humanos na era digital

²Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Possui Mestrado em História, Memória e Patrimônio e Graduação em História pela Universidade Estadual do Haiti (UEH). E-mail: stvictormaxo@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2872105903344770> ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8814-5548>

³O Kreyòl (crioulo) ou Kreyòl Ayisyen (crioulo haitiano) é a língua materna do povo haitiano. Surgido no território haitiano durante a colonização, o kreyòl se formou a partir do contato forçado entre diferentes línguas africanas e o francês, resultado da criação linguística dos africanos transformados em escravizados. Essa língua, assim como a prática religiosa do voodoo, desempenhou um papel importante na luta pela independência do Haiti.

Nesse cenário, a produção de narrativas oficiais desempenha papel central: como analisa Trouillot (1995), discursos estatais podem operar silenciamentos estratégicos que sustentam hierarquias, o que ocorre quando o Estado privilegia o francês como porta de entrada às esferas institucionais. Compreender a centralidade do kreyòl exige, portanto, uma leitura crítica das práticas discursivas que moldam o campo social haitiano.

A questão linguística também envolve debates sobre humanização. Freire (1987) ressalta que a linguagem é espaço de afirmação da dignidade; quando uma população não acessa direitos na própria língua, estabelece-se uma forma de opressão que limita expressão e participação. A desvalorização do kreyòl, assim, torna-se um obstáculo à democratização da educação e à construção da igualdade.

A negação da voz dos grupos majoritários articula-se ainda com a discussão sobre subalternidade. Para Spivak (1988), a subalternidade se caracteriza pela impossibilidade de fala reconhecida dentro de estruturas dominantes. No Haiti, essa lógica se reproduz quando o kreyòl, embora língua da maioria, não recebe reconhecimento institucional equivalente ao francês, desautorizando grande parcela da população como sujeito político legítimo.

Investigar a desvalorização do kreyòl, portanto, revela dinâmicas profundas de alteridade, poder e violação de direitos humanos. A hierarquia linguística contribui para exclusões sociais e educacionais, configurando formas de dominação simbólica e limitando o exercício da cidadania. Assim, a língua constitui elemento estruturante da desigualdade haitiana e chave para a efetivação dos direitos humanos.

Referencial Teórico

A relação entre língua, poder e exclusão social no Haiti pode ser entendida pela linguagem como instrumento de dominação, expressão da colonialidade e eixo central dos direitos humanos. Bourdieu (1991) é fundamental para compreender a língua como capital simbólico que legitima relações de força.

Para o autor, os idiomas não são neutros, mas recursos socialmente distribuídos que reforçam desigualdades, pois os grupos dominantes definem o que conta como linguagem legítima. Aplicada ao Haiti, essa perspectiva revela como a imposição histórica do francês representa violência simbólica que desqualifica o kreyòl e seus falantes, naturalizando desigualdades estruturais.

A crítica à colonialidade da linguagem, desenvolvida por Fanon (1952; 1961), aprofunda essa leitura ao demonstrar que adotar a língua do colonizador implica internalizar relações de dominação. No Haiti, essa lógica sustenta a associação do

francês à elite e ao Estado, enquanto o kreyòl permanece marginalizado, evidenciando que a dominação linguística é material, histórica e profundamente enraizada em estruturas coloniais.

Trouillot (1995) contribui ao evidenciar que o poder também atua pelo controle dos discursos legítimos. A hierarquização entre francês e kreyòl pode, assim, ser entendida como parte de um dispositivo de silenciamento que restringe a participação da maioria haitiana na esfera pública. Sua reflexão dialoga diretamente com Bourdieu (1991), ao mostrar como instituições naturalizam desigualdades, e com Fanon (1952), ao demonstrar que esses silenciamentos são heranças coloniais persistentes.

Freire (1987) acrescenta a dimensão da humanização ao defender que o direito à palavra é condição da libertação humana. Quando uma população é impedida de se expressar em sua própria língua, limita-se sua participação crítica e sua presença política. Nesse sentido, a desvalorização do kreyòl constitui negação do direito à palavra e obstáculo à democratização do ensino e da cidadania.

Spivak (1988) oferece o enquadramento da subalternidade, entendida como a impossibilidade de fala reconhecida nas estruturas dominantes. No Haiti, essa lógica se evidencia quando o kreyòl, embora língua da maioria, não é plenamente reconhecido nas esferas formais, silenciando grande parte da população. A autora dialoga com Trouillot (1995), ao destacar o silenciamento estrutural, e com Freire (1987), ao apontar a urgência de reconhecer a voz dos oprimidos.

Assim, o conjunto teórico formado por Bourdieu (1991), Fanon (1952; 1961), Trouillot (1995), Freire (1987) e Spivak (1988) permite compreender que a negação do kreyòl não é apenas questão linguística, mas mecanismo articulado de exclusão, silenciamento e violação de direitos humanos. O diálogo entre esses autores evidencia que reconhecer o kreyòl é condição indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e emancipada.

Metodologia

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, adequada para compreender os significados, tensões e práticas discursivas relacionadas à hierarquização linguística no Haiti. O estudo baseia-se exclusivamente em procedimentos bibliográficos, documentais e analíticos, uma vez que não envolve coleta de dados empíricos diretos.

O primeiro eixo corresponde à pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores que discutem poder simbólico, colonialidade e subalternidade, como Bourdieu (1991), Fanon (1952; 1961), Trouillot (1995), Freire (1987) e Spivak (1988). Esse

aporte oferece os conceitos necessários para interpretar os processos de desvalorização do kreyòl nas esferas educacional e estatal.

O segundo eixo consiste na pesquisa documental, realizada a partir de materiais oficiais que orientam a política educacional haitiana: a Constituição da República do Haiti (Haiti, 1987), o Cadre d'orientation curriculaire (Haiti, 2021), sua revisão de 2022/2023 (Haiti, 2022) e a Feuille de route de la réforme curriculaire 2023/2030 (Haiti, 2023).

Foram igualmente analisados documentos internacionais que abordam multilíngues e inclusão educacional, como relatórios da UNESCO (2003; 2022) e do UNICEF (2025). Esses materiais permitem observar como o Estado e organismos internacionais formulam orientações sobre o uso do kreyòl e do francês na educação.

O terceiro eixo é a análise crítica do discurso, utilizada para identificar como os documentos institucionais reproduzem hierarquias linguísticas. A análise considera escolhas lexicais, omissões e formulações normativas que revelam tensões entre a valorização formal do kreyòl e práticas políticas que mantêm o francês como referência de prestígio.

Assim, a metodologia articula teoria crítica, análise documental e interpretação discursiva para compreender de que modo a desvalorização do kreyòl se expressa nas políticas educacionais e impacta o acesso a direitos no Haiti.

Resultados e Discussão

A análise dos documentos oficiais do Estado haitiano e dos relatórios internacionais evidencia que, apesar do reconhecimento constitucional do kreyòl como língua oficial (Haiti, 1987), as políticas educacionais continuam operando sob uma lógica hierarquizante que privilegia o francês.

O exame do Cadre d'orientation curriculaire do MENFP (Haiti, 2021) e de sua revisão de 2022/2023 (Haiti, 2022) mostra que, embora haja referências à importância do kreyòl no processo educativo, o francês permanece formulado como língua de acesso ao conhecimento formal e aos níveis mais elevados do sistema escolar.

Essa estrutura se reafirma na Feuille de route de la réforme curriculaire 2023/2030 (Haiti, 2023), que associa a proficiência em francês a competências vinculadas à mobilidade social e profissional, reforçando uma distribuição desigual de oportunidades. Os resultados confirmam a hipótese de que a marginalização institucional do kreyòl opera como mecanismo de exclusão social.

Conforme St Victor (2025, p. 1), essa marginalização do crioulo e dos saberes locais “distancia a escola da identidade da maioria e dificulta a construção de uma

educação crítica” no Haiti. À luz de Bourdieu (1991), as políticas analisadas revelam que o francês continua funcionando como capital simbólico legitimado pelo próprio Estado, sendo apresentado como idioma da racionalidade e do prestígio.

Tal legitimação naturaliza práticas de violência simbólica, uma vez que os estudantes kreyolófonos, majoritários no país, são submetidos a um processo educativo que privilegia uma língua que não corresponde ao seu repertório cotidiano. A leitura dos documentos também mostra a permanência da colonialidade da linguagem discutida por Fanon (1952; 1961).

Nos materiais institucionais, o domínio do francês é sistematicamente associado à modernidade, ao progresso e ao sucesso escolar, enquanto o kreyòl aparece como língua de uso comunitário e doméstico. Esse enquadramento reforça formas de alienação linguística nas quais a língua materna é percebida como insuficiente ou inadequada para a escolarização formal, reproduzindo estruturas coloniais de valorização e inferiorização.

Os processos de silenciamento identificados nos documentos analisados dialogam com as reflexões de Trouillot (1995). Embora o kreyòl seja a língua falada por praticamente toda a população, sua presença nos currículos e diretrizes aparece de maneira secundária, muitas vezes apenas como afirmação simbólica, sem se traduzir em práticas pedagógicas consistentes.

Esse apagamento discursivo contribui para consolidar uma ordem linguística em que apenas a elite francófona detém legitimidade nos espaços de decisão e produção normativa. St Victor e Martiniak (2025c, p. 4) lembram que, após 1804, “o francês tornou-se essencial para a ascensão social, perpetuando uma divisão”.

Do ponto de vista da garantia de direitos, os relatórios internacionais destacam o reconhecimento internacional do valor da língua materna para a inclusão e equidade (UNESCO, 2003, 2022; UNICEF, 2025). Com base nesses relatórios, o ensino na língua materna constitui condição básica para a inclusão e a equidade, e sistemas educacionais que ignoram a língua da maioria tendem a reproduzir formas de exclusão estrutural.

A persistência do francês como língua dominante no ensino e no sistema educacional haitiano constitui barreira direta ao aprendizado e à permanência escolar. Como estratégia para democratizar a educação no Haiti, St Victor e Martiniak (2025a) defendem o ensino das crianças em sua língua materna.

Relendo esses resultados à luz de Freire (1987), observa-se que negar ao estudante haitiano o direito de aprender em sua própria língua implica negar-lhe também o direito à palavra e à construção crítica do mundo. Isso configura um

processo colonial. Conforme St Victor e Martiniak (2025b, p. 4), “o processo colonial impõe ao sujeito colonizado a negação de sua própria cultura, de sua língua materna e de sua corporeidade, levando-o a interiorizar os valores do colonizador como normas superiores”.

Essa dinâmica evidencia a profunda opressão simbólica e cultural que fundamenta essa exclusão. A escola, quando opera majoritariamente em francês, torna-se espaço de reprodução da opressão, pois desconsidera a linguagem que constitui a identidade e a visão de mundo do educando. O acesso restrito ao francês, portanto, não é apenas uma dificuldade pedagógica, mas um obstáculo político e humano.

Por fim, a contribuição de Spivak (1988) permite compreender que a desvalorização do kreyòl constitui forma de subalternização, pois impede que a população majoritária seja plenamente reconhecida como sujeito de discurso. Mesmo quando os documentos mencionam a diversidade linguística, isso não se traduz em mecanismos efetivos de participação linguística igualitária.

Assim, os falantes de kreyòl permanecem limitados em sua capacidade de enunciação pública e de reivindicação de direitos. Em conjunto, os resultados demonstram que a política linguística haitiana — tal como formulada nos documentos analisados — mantém uma lógica de dominação que articula violência simbólica, silenciamento e exclusão.

A escola emerge como espaço central na reprodução dessa hierarquia, ao mesmo tempo em que os organismos internacionais apontam que o reconhecimento pleno do kreyòl é condição indispensável para a promoção da justiça social, da inclusão e dos direitos humanos no Haiti.

Considerações Finais

A investigação desenvolvida permitiu compreender que a hierarquização entre francês e kreyòl permanece como um dos pilares das desigualdades sociais e educacionais no Haiti. Embora o kreyòl seja a língua da maioria da população e figure oficialmente nos documentos institucionais, seu reconhecimento ainda é frágil e contraditório.

As políticas curriculares analisadas revelam que o francês continua associado ao acesso ao conhecimento, ao sucesso escolar e às oportunidades sociais, enquanto o kreyòl aparece de maneira secundária, frequentemente limitado a declarações de intenção. Essa estrutura evidencia que a questão linguística ultrapassa o campo

pedagógico e se inscreve nas dinâmicas de poder que organizam a vida social haitiana.

A predominância do francês reforça processos de exclusão, silenciamento e distanciamento entre a escola e a realidade cultural da maioria dos estudantes. Ao mesmo tempo, a ausência de práticas efetivas que consolidem o uso do kreyòl como língua de ensino compromete o direito ao aprendizado, à participação e à construção crítica do próprio mundo.

Os documentos internacionais analisados reforçam que a valorização da língua materna é condição fundamental para a inclusão e a equidade educacional. No caso haitiano, reconhecer o kreyòl de forma plena — não apenas em termos legais, mas sobretudo no cotidiano das práticas pedagógicas — constitui passo essencial para enfrentar desigualdades históricas e promover o acesso democrático aos direitos.

Conclui-se, portanto, que a superação da hierarquia linguística exige ações institucionais consistentes, capazes de transformar a escola em espaço de reconhecimento, participação e justiça social. Valorizar o kreyòl como língua de ensino e de cidadania representa não apenas uma mudança pedagógica, mas um movimento de reconstrução social e humana necessário ao futuro do Haiti.

Palavras-chave: Kreyòl; Direitos humanos; Educação; Violência simbólica; Haiti.

Referências

- BOURDIEU, P. **Language and Symbolic Power**. Tradução: Ginio Raymond e Matthew Adamson. Cambridge: Polity Press, 1991.
- FANON, F. **Les damnés de la terre**. Paris: Maspero, 1961.
- FANON, F. **Peau noire, masques blancs**. Paris: Éditions du Seuil, 1952.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- HAITI. "Constitution de la Republique d'Haiti de 1987". , 1987.
- HAITI. Ministère de l'Éducation Nationale et de la Formation Professionnelle (MENFP). **Cadre d'orientation curriculaire**. Port-au-Prince: MENFP, 2021.
- HAITI. Ministère de l'Éducation Nationale et de la Formation Professionnelle (MENFP). **Cadre d'orientation curriculaire – Révision 2022/2023**. Port-au-Prince: MENFP, 2022.
- HAITI. Ministère de l'Éducation Nationale et de la Formation Professionnelle (MENFP). **Haïti 2030 : Feuille de route de la réforme curriculaire 2023/2030**. Port-au-Prince: MENFP, 2023.
- SPIVAK, G. C. Can the Subaltern Speak?. In: NELSON, C., GROSSBERG, L. (orgs.), **Marxism and the Interpretation of Culture**. Urbana: University of Illinois Press, 1988. p. 271–313.
- ST VICTOR, M. "Currículo, Cultura e Descolonização: Reflexões sobre uma Educação Libertadora no Haiti". In: **XXVII Semana da Educação**, 1, 28 nov. 2025. **Anais [...]**

[S.l.], Even3, 28 nov. 2025. p. 1–4. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xxvii-semana-de-educacao/1239816-curriculo-cultura-e-descolonizacao--reflexoes-sobre-uma-educacao-libertadora-no-haiti>. Acesso em: 29 nov. 2025.

ST VICTOR, M., MARTINIÁK, V. L. "Ensinar as crianças em sua língua materna: uma alternativa para democratizar a educação no Haiti". In: **Simpósio em Psicologia Concreta: "Psicologia Concreta e século XXI"**, 1, 29 jul. 2025. **Anais** [...] Ponta Grossa, Even3, 29 jul. 2025a. p. 1–5. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ii-simposio-em-psicologia-concreta/1075720-ensinar-as-criancas-em-sua-lingua-materna--uma-alternativa-para-democratizar-a-educacao-no-haiti>. Acesso em: 1 ago. 2025.

ST VICTOR, M., MARTINIÁK, V. L. "Língua e poder no Haiti (1804-1843): a educação como instrumento de elites". In: **Simpósio em Psicologia Concreta: "Psicologia Concreta e século XXI"**, 1, 29 jul. 2025c. **Anais** [...] Ponta Grossa, Even3, 29 jul. 2025. p. 1–5. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/ii-simposio-em-psicologia-concreta/1075719-lingua-e-poder-no-haiti-\(1804-1843\)--a-educacao-como-instrumento-de-elites](https://www.even3.com.br/anais/ii-simposio-em-psicologia-concreta/1075719-lingua-e-poder-no-haiti-(1804-1843)--a-educacao-como-instrumento-de-elites). Acesso em: 1 ago. 2025.

ST VICTOR, M., MARTINIÁK, V. L., "Formação da personalidade e educação inclusiva no Haiti: um estudo de caso ficcional sob a perspectiva histórico-cultural". In: STENTZLER, M. M., UJIIE, N. T. (Org.), **Anais do III Congresso Nacional de Ensino do PPIFOR (CEPPIFOR)**, Paranaíba, Unespar, 2025b. v. 3. p. 620–631. DOI: [10.13140/RG.2.2.33029.00487](https://doi.org/10.13140/RG.2.2.33029.00487).

TROUILLOT, M-R. **Silencing the Past: Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press, 1995.

UNESCO. **Education in a multilingual world: UNESCO education position paper**. Paris: UNESCO. 2003. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000129728>

UNESCO. **Global education monitoring report 2022: Inclusion and equity in education**. Paris: UNESCO. 2022. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377031>

UNICEF. **Every child learns in Haiti**. Port-au-Prince: UNICEF. 2005. Disponível em <https://www.unicef.org/lac/en/every-child-learns-haiti>